

# Religião e economia



**M**ax Weber e seu "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", que recém-celebrou um século da sua primeira publicação de 1905 com uma belíssima edição brasileira, constitui a referência seminal da ligação entre religião e economia. Weber explica o maior desenvolvimento capitalista nos países de confissão protestante nos séculos XIX e a maior proporção de protestantes entre empresários e a mão-de-obra mais qualificada. A tese de Weber era que o estilo de vida católico jogava para outra vida a conquista da felicidade. A culpa católica inibiria a acumulação de capital e a lógica da divisão do trabalho, motores fundamentais do desenvolvimento capitalista. A predisposição ao trabalho mundano e ao estudo também não seriam vantagens comparativas da ética católica. Recorrendo a um ditado da época: "entre bem comer ou bem dormir, há que escolher", segundo Weber "o protestante quer comer bem enquanto o católico quer dormir sossegado".

Weber ressalta a importância da reforma protestante no desenvolvimento capitalista não como um esquema causal, mas como

um sistema de adoção de afinidades eletivas entre as inovações nas estruturas religiosas e econômicas. Em uma pesquisa, identificamos relações entre pontos citados pelo sociólogo alemão e o protestantismo tradicional no Brasil. As parcelas de católicos, pentecostais e tradicionais na população são 73,8%, 12,5% e 5,4%, respectivamente. O catolicismo se faz mais presente nos extremos do espectro de renda (78,14% e 77,57% nas classes E e A1) e os evangélicos pentecostais atingem mais os níveis intermediárias (14,94% e 13,83%, nas classes D e C). Os evangélicos tradicionais estão mais concentrados na faixa A2 (8,72%). O conteúdo e o banco de dados da pesquisa podem ser acessados em [www.fgv.br/cps](http://www.fgv.br/cps), permitindo a cada um olhar para as relações entre religião e economia desde uma perspectiva própria.

Uma diferença entre a referência europeia da ligação entre reforma protestante e desenvolvimento capitalista e aquelas estudadas no contexto brasileiro é o aumento relativo do número de evangélicos pentecostais em época de estagnação e instabilidade econômicas. Um paralelo é que, enquanto em Weber o protestantismo tradicional liberou o cidadão comum cristão da culpa católica de acumulação privada de capital, aqui os movimentos religiosos emergentes liberaram a acumulação privada de capital através da igreja. A maior ligação entre o espírito empresarial e a organização religiosa seria uma marca dos novos ramos religiosos hoje no Brasil — e na América Latina.

Aprofundamos elementos da relação

entre religião e economia identificando também aspectos de oferta de religião associados às transformações recentes, como a substituição do Estado por algumas denominações religiosas na sua função clássica de prover serviços sociais e de arrecadar impostos. A pesquisa quantifica, a partir de pesquisas de orçamentos familiares, a cobrança de dízimo e doações para as igrejas em geral em R\$ 5,1 bilhões ao ano. Ao abrir a pesquisa por grandes grupos religiosos, conclui-se que os pentecostais são responsáveis por 44% dos dízimos feitos a igrejas, apesar de representarem apenas 12,5% da população; os evangélicos tradicionais doam 22,7% do total, contra sua participação de 5,7% da população. Já os católicos representam apenas 30,9% do total das doações, contra 73,8% da população. Note que isto acontece apesar da renda familiar média dos católicos ser 30% maior que a dos evangélicos pentecostais, indicando regressividade da incidência de dízimo. Como consequência, há dados que indicam maior dificuldade dos grupos dízimistas de pagar impostos e contas privadas. Além disso, o estudo examina a microeconomia da oferta de pessoas exercendo ofícios de natureza religiosa, dada a estrutura de incentivos de cada tipo de instituição religiosa. Hoje haveria 17,9 vezes mais pastores evangélicos por fiel do que de padres por católicos. O fato dos evangélicos pentecostais estarem mais presentes nas periferias permite ganhos de escala na oferta religiosa: um pastor num

templo atinge muito mais pessoas do que um padre numa paróquia de cidadezinha.

O contexto é o da estagnação econômica das chamadas décadas perdidas de 80 e 90 do século passado, tanto por elementos de demanda como de oferta, e a busca de novas modalidades de inserção produtiva para lidar com as dificuldades materiais percebidas. A abordagem consiste em relacionar a demanda por novas opções religiosas a choques econômicos e sociais adversos, como as chamadas crises metropolitanas e de desemprego, violência, favelização, informalização, entre outras. Neste

---

### **Nova pobreza desassistida pelo Estado migrou do status quo católico para pentecostais e sem religião, mas velha pobreza continua religiosa e católica**

---

caso, identifica a emergência de grupos pentecostais e dos sem-religião entre os grupos perdedores da crise econômica e, em particular, no que tange ao aspecto metropolitano da mesma. Os dados demonstram que a nova pobreza (e.g. periferia desassistida) estaria migrando para fora do status quo católico em direção a dois extremos opostos: para as novas igrejas pentecostais e para os sem-religião, enquanto a velha pobreza brasileira (e.g. Nordeste rural assistido por programas sociais) continua religiosa e católica.

Outra variante das afinidades eletivas entre religião e condições materiais seriam aquelas associadas à chamada revolução feminina, que desempenha papel central na mudança de religiosidade recém-observada. As mulheres continuam mais religiosas que os homens: 3,98% delas não possuem crença, contra 6,32% deles. Entre quem professa algum credo, 76,16% das mulheres são católicas, contra 79,49% dos homens. Em 1940 a ordenação destas taxas entre sexos era invertida, correspondendo a 96% e 95%, respectivamente. Num grupo de cinquenta religiões, a predominância feminina se dá em 43 delas, sendo as exceções o islamismo, o judaísmo, o hinduísmo e os principais segmentos da religião católica. Uma interpretação para as mudanças religiosas das mulheres é que as alterações no estilo de vida feminino ocorridas nos últimos 30 anos no Brasil não encontraram eco na doutrina católica. Questões centrais para as mulheres, como contracepção, divórcio e aborto, são tabus para a Igreja Católica, que pouco incentiva a independência profissional das mulheres. Enquanto os homens abandonaram as crenças, as mulheres trocaram de crença, preservando mais que eles a religiosidade, passada delas às filhas e aos filhos.

---

**Marcelo Côrtes Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da Deficiência", "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" e "Ensaio sociais". E-mail: moneri@fgv.br